

CHAMADA LICENCIAMENTO COM EXCLUSIVIDADE N° 001/2023

OBJETO: Licença com exclusividade para a EXPLORAÇÃO DE PATENTE E FORNECIMENTO DE TECNOLOGIA, para fins de desenvolvimento, comercialização e exploração, com direito a sublicenciamento, sob título de "COMPOSIÇÃO BIOFUNGICIDA COMPREENDENDO BACILLUS VELEZENSIS", sob nº BR 10 2020 013481 7 no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI, sendo a **patente tendo sido concedida** em 06/12/2022 de titularidade da Universidade Estadual de Londrina.

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, comunica aos interessados que está licenciando com exclusividade o uso e a exploração comercial da referida criação protegida e receberá as manifestações de interesse a partir de 07/08/2023 até 16/08/2023.

A oferta ora realizada possui fundamentos no art. 13 da Lei Estadual 20.541/21, arts. 27 e seguintes do Decreto Estadual 1.350/2023, Leis Federais nº 8.666/1993, 8.884/1994, 10.973/2004 e 13.243/2016, Decreto Federal nº 9.283/2018 e Resoluções 61/2021 e 68/2019 da Universidade Estadual de Londrina.

Solicitações de **informação** devem ser feitas através do e-mail: aintecjur@uel.br, identificando no assunto: "ESCLARECIMENTOS - CHAMADA DE LICENCIAMENTO COM EXCLUSIVIDADE N° 01/2023".

Para **declarar interesse** na realização do licenciamento, enviar e-mail para aintecjur@uel.br, com o assunto "DECLARAÇÃO - CHAMADA DE LICENCIAMENTO COM EXCLUSIVIDADE N° 01/2023" com os seguintes dados no corpo:

Nome da Empresa, CNPJ, endereço, responsável em caso de assinatura de negócios jurídicos. Declarar que tem interesse no licenciamento nos termos do Chamamento realizado.

E com os seguintes anexos:

- 1- Contrato social, ou equivalente, atualizado;
- 2- CPF e RG do representante da empresa que constará no contrato e o documento que o autoriza assinar em nome da empresa;
- 3- Certidão Negativa de Débitos Federais;
- 4- Certidão Negativa de Débitos Estaduais ;
- 5- Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- 6- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 7- Certidão Negativa de Débitos referente ao FGTS;

Legislação pertinente:

Lei Estadual 20.541/21 e Decreto Estadual 1.350/2023;

Leis Federais nº 8.666/1993, 8.884/1994, 10.973/2004, 13.243/2016 e Decreto Federal nº 9.283/2018;

Resoluções 61/2021 e 68/2019 da Universidade Estadual de Londrina.